

Seminário 10 anos do Estatuto do Desarmamento

Implementação da lei: onde avançamos e o que precisa sair do papel

Marcello Fragano Baird

São Paulo, 13 de dezembro de 2013

VALORES IDEOLÓGICOS

As proporções de eleitores de esquerda e de direita no Brasil foram calculadas conforme as respostas dadas às seguintes perguntas



69	Deve ser proibida, pois ameaça a vida de outras pessoas	Posse de armas	Arma legalizada deve ser um direito do cidadão para se defender	29
68	Pobres que migram contribuem com o desenvolvimento e a cultura	Migração	Pobres que migram acabam criando problemas para a cidade	25
68	Deve ser aceito por toda a sociedade	Homossexualismo	Deve ser desencorajado por toda a sociedade	26
64	Boa parte está ligada à falta de oportunidades iguais	Pobreza	Boa parte está ligada à preguiça de pessoas que não querem trabalhar	33
50	Não cabe, mesmo que a pessoa tenha cometido um crime grave	Pena de morte	É a melhor punição para indivíduos que cometem crimes graves	46
47	São importantes para defender os interesses dos trabalhadores	Sindicatos	Servem mais para fazer política do que defender os trabalhadores	48
36	A maior causa é a falta de oportunidades iguais para todos	Criminalidade	A maior causa é a maldade das pessoas	61
24	Aqueles que cometem crimes devem ser reeducados	Adolescentes	Aqueles que cometem crimes devem ser punidos como adultos	74
14	Uso não deve ser proibido, pois é usuário que sofre as consequências	Drogas	Uso deve ser proibido, pois toda a sociedade sofre as consequências	83

Gargalos na implementação do ED

1. Controle físico dos arsenais.

1. Falta de periodicidade para destruição das armas.

1. Fluxo das armas acauteladas pelo Estado.

O fluxo das armas sob custódia do Estado

Uma análise comparativa entre Campo Grande (MS), Recife (PE) e Campinas (SP)

Em parceria com a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP)



Instituto **SoudaPaz**

A paz na prática

Armas apreendidas

FLUXO DAS ARMAS APREENDIDAS



Fonte: Elaboração Instituto Sou da Paz

Contexto

Aprovação do Estatuto do Desarmamento eleva preço das armas no mercado ilegal

“Preço de um fuzil aumentou mais de 500% entre 2004 e 2009”

Consequência: Cresce o número de roubos às instituições públicas

Exemplos:

1. Em Palmas de Monte Alto (BA), 5 armas foram roubadas de uma delegacia em 2013.
2. Em Caçapava (SP), 7 fuzis foram roubados em 2009 de um Batalhão do Exército.
3. Em Colombo (PR), 291 armas foram roubadas do Fórum central.

Caso crítico: Judiciário

Em 2011, o CNJ estimou 755 mil armas sob custódia da Justiça (incluindo armas brancas e acessórios)

Justiça perde uma arma por dia para crime

De 2004 a 2011, 3.266 armas foram roubadas em fóruns do país

Fonte: Levantamento feito pelo relator das CPIs do Tráfico de Armas e da Violência Urbana

Questões fundamentais

1. Essas armas devem ter condições adequadas de segurança.
2. Essas armas devem percorrer o fluxo rapidamente.

Condições de segurança

- Delegacias -> estrutura inadequada e desconhecimento em relação às armas.
- Instituto de Criminalística -> existência de cofres e necessidade de uma central de custódia.
- Judiciário -> fragilidade na segurança e pouca familiaridade com o tema das armas.
- Exército -> não houve acesso.

Destruição pelo Exército

- Autonomia do Exército
- Periodicidade
- Transparência

Exemplo: Em Campo Grande, o Exército guarda as armas até atingir capacidade máxima de estocagem (4 a 5 mil armas), o que leva de 2 a 3 meses.



Judiciário como principal gargalo do fluxo das armas

- Estatuto do Desarmamento determina destruição em 48 horas.
- Juízes se furtam a dar destinação às armas -> CNJ determina fundamentação da decisão de manter a arma.
- Argumentos: possibilidade de nova perícia e apresentação em julgamento.

Distribuição das armas depositadas no Fórum, por tipo de processo a que se vinculam.

Distribuição das armas depositadas no Fórum, por tipo de processo a que se vinculam. Campo Grande (MS)

Campo Grande	Júri	Não-júri
Armas em depósito julho/2013	20%	80%

Fonte: Tribunal de Justiça/MS
Elaboração Instituto Sou da Paz

Judiciário como principal gargalo do fluxo das armas

- “Esquecimento” das armas após o trânsito em julgado do processo.
- Inexistência de sistema informatizado que permita comunicação entre processos judiciais e os bens a eles vinculados.



Amostra exemplificativa - Campinas

SITUAÇÃO DAS 67 ARMAS EM DISTINTOS MOMENTOS DO PROCESSO DE RASTREAMENTO



Conclusões

PODER JUDICIÁRIO COMO PRINCIPAL GARGALO

do fluxo das armas



Fonte: Governos Estaduais e Poderes Judiciários de MS, PE e SP

Elaboração Instituto Sou da Paz

O caso de Recife (PE)

- Transferência das armas do Judiciário para a Polícia Civil.
- Milhares de armas estocadas e crescimento à razão de 500 armas/mês.
- Das armas lá estocadas, 70 foram requisitadas para nova perícia e menos de 10 foram solicitadas pelo Fórum -> 0,65% do total de armas armazenadas.
- Consequências negativas em toda a cadeia de custódia.
- Resolução do problema da Polícia Civil está no Judiciário.

Conclusões e recomendações

Poder Judiciário como principal gargalo

Possíveis soluções:

- Obrigatoriedade de que juiz fundamente decisão sobre arma no início do processo.
- Determinação de quais crimes justificam a manutenção das armas.
- Sistema informatizado com mecanismo automático que impeça arquivamento de processo sem destinação da arma.
- Sensibilização dos juízes.
- Mutirões.



Instituto **SoudaPaz**

A paz na prática

 soudapaz.org

 facebook.com/institutosoudapaz

 [@isoudapaz](https://twitter.com/isoudapaz)

Marcello Baird

marcello@soudapaz.org